



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8962 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

A militarização das escolas e as ocupações estudantis: reflexões (im)pertinentes sobre gênero e sexualidades

Marcielly Cristina Moresco - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Dayana Brunetto Carlin dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS E AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS: REFLEXÕES (IM)PERTINENTES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADES

RESUMO

Este trabalho propõe debater alguns efeitos de poder fabricados pelos elementos discursivos presentes nos manuais das escolas cívico-militares do Paraná, sobretudo aqueles que tangenciam as corporalidades, as questões de gênero e as sexualidades. As reflexões enfatizam e comparam alguns deslocamentos em relação às configurações das escolas ocupadas por estudantes em 2016 com uma possível reorganização do poder pastoral e do poder disciplinar nas escolas agora militarizadas. Além disso, o texto analisa a aproximação discursiva entre o programa do MEC e a agenda política moralizante e neoconservadora do movimento Escola Sem Partido, que sustenta a concepção da "ideologia de gênero". As conclusões apontam para normas de conduta disciplinares e pastorais a partir de métodos militares que controlam corpos e desejos. Presume-se corpos normalizados, mas espera-se também que performem resistências aos códigos coercitivos.

Palavras-chave: Escolas militarizadas; Ocupação estudantil; Poder pastoral; Poder disciplinar; Resistência.

Introdução

A militarização das escolas públicas brasileiras avançou com o Decreto Federal n.º 9.665/2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - PECIM e com a Portaria n.º 1.071/2020, que regulamenta a sua implantação em 2021, nos Estados, Municípios e no Distrito Federal. O programa é iniciativa do governo federal e prevê que militares da reserva atuem no apoio à gestão escolar.

Interessante notar que o Paraná se destaca no PECIM como a unidade federativa com mais números de instituições aderidas ao programa: serão 215 escolas no novo modelo de gestão compartilhada. Em 2016, o Paraná também foi o epicentro do movimento de ocupações em 2016: foram aproximadamente 850 escolas ocupadas, além de 16

universidades (estaduais e federais), cinco Institutos Federais e mais dois Núcleos Regionais de Educação (MORESCO, 2020). Foi o número mais expressivo de todo o país e o segundo maior movimento de ocupações de escolas do mundo (MEDEIROS; JANUÁRIO; MELO, 2019). De um contexto com grande incidência dos feminismos, da defesa da pluralidade e das diferenças na escola ocupada ao Estado que mais teve adesão ao programa de escolas cívico-militares do governo federal, que assume uma lógica de padronização dos corpos, práticas e experiências de estudantes, aniquilando as diferenças. Essa investida de poder nas escolas públicas da Rede Estadual de Educação Básica parece ter sido uma resposta na medida ao Estado que mais teve escolas ocupadas por estudantes.

Portanto, este trabalho se propõe a debater alguns efeitos de poder fabricados pelas práticas discursivas nas escolas militarizadas do Paraná e uma aproximação entre o PECIM e movimentos como o Escola Sem Partido, que sustentam o factóide "ideologia de gênero". Pretende analisar ainda alguns deslocamentos em relação à ocupação das escolas por estudantes secundaristas e uma possível reorganização do poder pastoral e do poder disciplinar nas escolas, bem como em relação às possíveis resistências (FOUCAULT, 1984; 1985; 1988).

Discussões e análises parciais

Estudando os discursos dos materiais disponibilizados pelo Ministério da Educação - MEC e Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED, como o Manual das Escolas Cívico-Militares, o Manual do Estudante dos Colégios Cívico-Militares do Paraná, bem como o Manual de Normas de Uso de Uniformes e de Apresentação Pessoal e o Manual de Conduta e Atitudes, observamos um alinhamento teórico e ideológico entre o projeto Escola Sem Partido - ESP, o movimento conservador que sustenta o factóide da "ideologia de gênero" e o programa de militarização das escolas. Esta estreita ligação é face de um mesmo projeto conservador movimentado por diversas iniciativas no cenário global e brasileiro, que objetiva a "destruição dos direitos sociais, dentre eles o direito à educação de qualidade socialmente referenciada e seus princípios basilares" (SANTOS; FERREIRA, 2018, p. 269).

Percebe-se nessa disputa conservadora uma possível reorganização do poder pastoral e disciplinar com a produção de um sujeito do controle. Na tentativa de explicar as bases da governamentalidade, Foucault, em *Segurança, Território e População*, observa o poder pastoral apoiar-se estruturalmente em relações e técnicas diplomático-militar e na polícia, transformando-se em ferramenta do poder político, misturando-se ao poder soberano do Rei e, posteriormente, deslocando-se para o poder de docilizar corpos e desejos.

Os mecanismos de funcionamento do poder pastoral na nova gestão compartilhada entre profissionais da educação e militares estão nos discursos confessionais produzidos pelas figuras de chefe/subchefe de turma e monitoras/es, responsáveis pela fiscalização, encaminhamentos e apuração de faltas comportamentais ou atitudes positivas das/dos estudantes, dentre outras atribuições. Esses discursos ganham forma com o rastreamento de comportamentos não tolerados pelos manuais de conduta, denúncia nas fichas de ocorrências de estudantes e nas notificações de medidas educativas encaminhadas às pessoas responsáveis e pelos relatórios, deslocando-se de uma confissão penitencial para uma coação documental e massiva do pastorado estudantil. Nesse caso, contudo, o soberano é a figura do diretor cívico-militar, que detém a palavra final e, portanto, exerce o direito de determinar a medida disciplinar, interferindo e esvaziando a atuação da direção escolar de organizar e sistematizar o projeto político-pedagógico da instituição (FOUCAULT, 1985, 1984; FERNANDES SILVA; SILVA, 2019).

Esse movimento de uma possível reorganização do poder pastoral assemelha-se aos movimentos ideológicos da ESP com o discurso religioso/cristão de um agenciamento administrativo de corpos individuais do/no cotidiano escolar. Está relacionado à ideia de salvação, de alguém responsável pelo cuidado do rebanho, pela lei e normas, como a polícia, enquanto tecnologia e arte de administrar a vida e o bem-estar das populações (FOUCAULT, 2008).

E assim o rebanho se assujeita às rotinas de obediência e policiamento individualizante - cada estudante é responsável pela sua apresentação e conduta, respondendo individualmente às violações das regras ou à concessão de méritos. E outras/os estudantes são responsáveis também por vigiar a conduta de colegas, numa espécie de teia de vigilância e delação. Essa última prática é outro ponto que deve contentar a ala conservadora da sociedade, já que baseia-se em virtudes morais e na meritocracia, a qual prevê recompensas simbólicas para quem se destacar nas atividades disciplinares.

Desta maneira, o poder pastoral lentamente passa a um poder político, fazendo parte de uma governamentalidade de Estado (FOUCAULT, 2008). Semelhante movimento observamos com a gestão inicialmente compartilhada, com a parte militar não interferindo nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, mas que necessita constantemente pastorear o rebanho, prática que comumente exige a interferência nessas áreas.

Manter a direção escolar informada sobre as atividades da gestão educacional, em particular, sobre a situação disciplinar das/dos estudantes é uma das funções atribuídas aos diretores e/ou monitoras/es cívico-militares, colocando em circulação um conjunto discursivo que correlaciona indisciplina à violência. Uma escola disciplinada pela metodologia militar (BRITO; REZENDE, 2019).

Especialmente em *Vigiar e Punir*, Foucault escreveu sobre o poder disciplinar nas sociedades constituídas ao longo dos séculos XVII e XVIII, com o auge no século XX, com procedimentos particulares e instrumentos totalmente novos em referência às relações de soberania. Torna-se o projeto ideal dos meios de confinamento e disciplinarização do corpo visível nas escolas, mas também nas empresas, no *homeoffice* compulsório, para quem consegue cumprir, durante a pandemia da Covid-19, nos hospitais, nas igrejas, nas prisões e nas famílias: concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; criar nesse espaço-tempo uma força produtiva (DELEUZE, 2000). O modelo disciplinar sucede às sociedades de soberania, cujo objetivo era decidir sobre a morte mais do que gerir a vida ou a produção. A razão do poder disciplinar, pelo contrário, é exercer o papel de investir, garantir, sustentar, reforçar e multiplicar a vida de cima para baixo (FOUCAULT, 2014).

O disciplinamento dos corpos atua historicamente nas escolas, sob modos de vigilância, controle, correção, coerção, condução, construção de corpos binários e seus papéis “feminino” e “masculino”, toda a distribuição espacial e temporal, gestos, movimentos, entre outros. Guacira Lopes Louro (2000) afirma que o objetivo da disciplinarização dos corpos é a autorregulação dos sujeitos, produzindo efeitos principalmente em jovens meninas, professoras e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, Intersexuais – LGBTI, além de outras possibilidades de autoidentificação no que se refere à orientação sexual e identidade de gênero, que produzem condições de autogoverno e julgamento de seus corpos, desejos e comportamentos.

A apresentação individual, por exemplo, é um dos principais pontos no programa das escolas cívico-militares. Ela engloba a padronização do uniforme, do cabelo, do uso de adornos e dos comportamentos, trazendo tudo muito bem definido e gerenciado. É mais opressiva com as meninas e desconsidera qualquer expressão de gênero que ultrapasse o binarismo cisgênero. Segundo o Manual do Estudante do Programa Colégio Cívico-Militar do

Paraná, a apresentação individual é inserida nos aspectos educacionais relacionados com a higiene, boa aparência, sociabilidade, postura, dentre outros, e o descuido quanto a ela garante punição e medidas disciplinares por falta comportamental e atitudinal. Então, além da disciplinarização comportamental das/dos estudantes, temos também a padronização das expressões de gênero e da aparência física.

Menino de cabelo curto, sem brincos e sem barba. Meninas de coque ou cabelo preso no estilo "rabo de cavalo", na coloração natural, com brincos discretos, maquiagem delicada e, além do tradicional calção de atividade física, uma bermuda de lycra por baixo para esconder um pouco mais o corpo feminino. Todo mundo de farda, cantando o hino nacional semanalmente e batendo continência como se fosse "bom dia" ou "boa tarde".

O Manual de Normas de Conduta e Atitudes também proíbe manifestações de namoro no interior das escolas. Temos, portanto, a sexualidade também sob efeitos do governmentamento e disciplinamento de corpos e desejos, atingindo diretamente a subjetividade e a produção de práticas e modos de relacionamentos interpessoais entre estudantes. Nesse sentido, a salvaguarda da sexualidade faz parte da escola através de múltiplos elementos ditos e não ditos, tais como os arranjos arquitetônicos, as proibições, a distribuição dos sujeitos na sala de aula e no pátio, os símbolos, as normas etc... (LOURO, 2000). A finalidade é a fabricação de um corpo dócil e útil, resultado dos processos e discursos arranjados por meio das práticas disciplinares e métodos militares que permitem o controle operativo desse corpo, exercendo a sujeição sobre ele e lhe impondo a relação de docilidade-utilidade (FOUCAULT, 2014).

Considerações...

Ainda há muitas análises a serem desenvolvidas acerca dos materiais e práticas disciplinares do PECIM, como os manuais gerais, de conduta, de apresentação pessoal, o cotidiano nas escolas, dentre outros. Se é possível constatar reorganizações do poder pastoral e disciplinar nas atuais escolas cívico-militares, também existirão resistências passivas e ativas, insubmissões e revoltas de conduta, parafraseando Foucault (2008). A partir das normas de conduta e atitudes, esperamos ver corpos normalizados mas, possivelmente, também resistentes.

Acreditamos que uma parcela de estudantes obrigatoriamente mergulhados nas normas de conduta disciplinares e pastorais serão reticentes ao modo militar de formação educacional. A mesma escola que produz corpos fabricados e disciplinados também sustenta corpos que performarão resistências e subversões das normas de conduta e dos códigos coercitivos durante a transformação das práticas. Seja aderindo à macropolítica de luta coletiva ou pela micropolítica de resistência individual, o corpo é sempre o *locus* da resistência (FOUCAULT, 1988). As ocupações escolares de 2016 demonstraram justamente essa resistência político-incorporada. A escola abriga uma pluralidade de corpos e mentes pensantes, capazes de rebelarem-se contra as reformas educacionais e os movimentos conservadores que desejam minar o direito a uma educação pública, de qualidade e promotora do respeito à diversidade e às diferenças.

A resistência à medida do MEC já pode ser observada com a recente criação do Observatório das Escolas Cívico-Militares no Paraná, criado pela sociedade civil organizada, bem como estudantes e pesquisadoras/es empenhadas/os em mostrar que a ascensão do processo de militarização das escolas públicas é um ataque aos processos democráticos, especialmente diante do crescente cenário de conservadorismo, fundamentalismo religioso e neoliberal que espalha-se pelo país e pelo mundo.

REFERÊNCIAS

BRITO, Eliana P. P. E.; REZENDE; Marize P. “Disciplinando a vida, a começar pela escola”: a militarização das escolas públicas do estado da Bahia. **RBPAE**, v. 35, n. 3, p. 844 - 863, set./dez. 2019.

DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**. Conversações: 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

FERNANDES SILVA, Edileuza; SILVA, Maria Abádia da. Militarização das escolas públicas no Distrito Federal: projetos de gestão em disputa. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 4, n. 8, p. 46-61, jul./dez. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População - 1977-1978**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 17a. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III: o cuidado de si**. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 443-481.

MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion. **Ocupar e Resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)**. São Paulo: Editora 34, 2019

MORESCO, Marcielly Cristina. **Primavera Secundarista Feminista: corporalidades, gênero e sexualidades dissidentes nas ocupações escolares no Paraná (2016/2)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.